

Malan destaca base legal

SÍLVIA MUGNATTO*

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem em entrevista à rádio CBN que as declarações do candidato a vice-presidente da frente de oposições, Leonel Brizola, sobre a anulação da venda da Vale do Rio Doce, traduzem “desconhecimento” do processo legal, em curso desde 1995.

“Não têm muito sentido essas observações de que simples despachos de quem quer que seja podem anular um processo que vem sendo conduzido com pleno conhecimento da sociedade e com a base legal claramente conhecida e aprovada pelo Congresso”, disse o ministro. Malan lembrou que o Congresso Nacional aprovou em quatro votações emendas que permitiram a participação do setor privado nacional e internacional nas telecomunicações, energia elétrica, transportes e mineração.

O ministro da Fazenda rebateu ainda as acusações de que o valor de venda da Telebrás estaria depreciado em função de “considerações de natureza política”. No ano passado, o

valor de venda do sistema era estimado em cerca de R\$ 40 bilhões e agora será vendido por, no mínimo, R\$ 13,4 bilhões. “Este processo leva em conta a capacidade de geração futura de lucros. Expectativas e estimativas podem ou não se materializar.”

O ministro lembrou que nas privatizações já feitas ocorreram ágios significativos. “Empresas de distribuição de energia elétrica no âmbito dos estados foram vendidas com ágio de 70% a 90% sobre o preço mínimo”, disse. Segundo Malan, o setor público brasileiro não tem condições de fazer os investimentos necessários no sistema Telebrás.

Em São Paulo, o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Roberto Setúbal, também respondeu a Brizola sobre a anulação da privatização da Vale. “Tudo aquilo que é ilegal ou irracional é visto com certo desconforto pelo mercado financeiro”. As declarações foram feitas no 8º Congresso Internacional de Automação Bancária, em um hotel da capital paulista.